

## **VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ESPAÇO LGBT**

### ***VIOLENCE AGAINST TRAVESTIS AND TRANSEXUALS: MEDIATION OF INFORMATION IN LGBT SPACE***

Gisele Rocha Cortes  
[giselerochacortes@gmail.com](mailto:giselerochacortes@gmail.com)

Laelson Felipe da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Leyde Klebia Rodrigues da Silva  
[leyklebia@gmail.com](mailto:leyklebia@gmail.com)

Universidade Federal da Bahia

Gilberta Santos Soares

Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana/PB

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é articular a mediação da informação com os estudos de gênero, especialmente no que tange à LGBTfobia, com foco no processo informacional do Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba, conhecido como Espaço LGBT, mediante a descrição e a disseminação dos dados de atendimento a travestis e transexuais. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e de natureza quantitativa, e fez uso de fontes documentais, sendo estas, as fichas de atendimento das(os) travestis e transexuais atendidas(os) no Espaço LGBT no período de 2011 a 2014. Serviu-se da estatística descritiva, como instrumento de análise dos dados. Foi possível observar aspectos da LGBTfobia que se estendem além da conjuntura regional e cujo enfrentamento está ligado, dentre outros aspectos, à disseminação de informações precisas e confiáveis. Entende-se que o acesso e uso dos dados quantitativos têm o potencial de ressignificar as relações de subalternidade que envolvem travestis e transexuais. Neste processo, considera-se que a figura do/a profissional da informação deve ser evocado/a como mediador/a da informação já que busca refletir como a disseminação, organização e acesso à informação podem contribuir para o respeito aos direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Mediação da Informação; Violência contra Travestis e Transexuais; Profissional da Informação; LGBTs; Relações de Gênero.

**Abstract:** The purpose of this paper is to articulate the mediation of information with gender studies, specially LGBTphobia, with focus on the information process at the Reference Center of LGBT Rights and Fight against Homophobia of Paraíba, known as LGBT Space, by describing and disseminating data  
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

on the care of transvestites and transexuals. The research, characterized as descriptive and quantitative, utilizes documental sources, that is, the records of the care of transvestites and transexuals attended at LGBT Space between 2011 and 2014. It uses descriptive statistics as a data analysis instrument. It was possible to observe aspects of LGBTphobia that extends beyond regional context and whose confrontation is connected, among other aspects, to the dissemination of precise and reliable information. It is understood that access to and use of quantitative data has the potential of resignify subaltern relations involving transvestites and transexuals. In this process, it's considered that the information professional must be evoked as a mediator of information since they reflect on how the dissemination, organization and access to information can contribute to the respect of human rights.

**Keywords:** Mediation of information; Violence against Transvestites and Transexuals; Information professional; LGBTs; Gender Relations.

## 1 INTRODUÇÃO

As violações dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) se expressa, cotidianamente, em distintas formas e tipos de preconceitos, discriminações e violências, variando da violência psicológica, física, sexual, ameaças, até a morte.

De acordo com Mello, Avelar e Maroja (2012), o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) evidenciou que um gay é morto a cada 28 horas no Brasil. Em 2013, foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis, transexuais e lésbicas no país. Agências internacionais atestam que o Brasil lidera o ranking mundial relativo a incidência de crimes homofóbicos, registrando 40% dos assassinatos de transexuais e travestis em 2013. Os estados, em números absolutos, no qual foram registrados maior número de mortes foram São Paulo e Minas Gerais e os estados que mais oferecem perigo a comunidade LGBT, em números relativos, são a Paraíba e o Piauí. Ressalta-se que o Nordeste é a região mais violenta, com 43% de homicídios (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Um dos desafios no enfrentamento a tal cenário consiste na carência de dados oficiais no Brasil no que diz respeito às violências e homicídios de LGBTs. As fontes existentes no país são produzidas, especialmente, por Organizações Não Governamentais, a exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB), que desde sua fundação, em 1980, coleta informações a partir de notícias difundidas na internet e/ou publicadas em jornais e dissemina os dados da violência (MOTT, 2014).

Outra dificuldade encontrada localiza-se na construção sociohistórica que legitima práticas sociais, “[...] mecanismos de produção da normalidade sexual e de naturalização de

uma “razão heterossexual” (CESAR, 2012, p. 356), inferindo, em torno do sexo e do que constitui o senso primordial da identidade e dos vínculos sociais fundamentais, que a heterossexualidade é a única orientação sexual normal, saudável e natural (FOUCAULT, 1975).

Neste trabalho, a reflexão a respeito da exclusão, das violências e dos crimes contra a população LGBT é compreendida no cenário de profundas desigualdades de poder, ancoradas no sistema sexo-corpo-gênero de caráter heteronormativo, que censura as transgressões da ordem heterossexual (BUTLER, 1999).

As reificações de gênero e identidades cristalizam hierarquias e alimentam relações de poder, o que normaliza corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões. Essa normalização das identidades – e sua conseqüente opressão – define padrões de comportamentos rejeitando diferenças (BUTLER, 2010, p.329).

A despeito do expoente avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação nas últimas décadas, a ausência de precisão em relação à tipificação jurídica dos crimes homofóbicos implica em dificuldades para o diagnóstico do crime com motivação homofóbica. Tal fato, associado à baixa produção de estatísticas sistemáticas e oficiais acerca do tema, configura-se como um entrave nas estratégias de prevenção, repressão e monitoramento do fenômeno no país. É primordial frisar que tais dificuldades se articulam com o fato da LGBTfobia não ter sido criminalizada no país.

A produção de conhecimento e disseminação dos processos de difusão, organização e uso da informação a respeito da problemática configura-se como condição sine qua non para enfrentamento a LGBTfobia. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação, domínio do conhecimento dedicado a estudar o fluxo informacional em diferentes vertentes, assume um lugar fundamental. Configura-se como campo do conhecimento multi e interdisciplinar e possui arsenal teórico-prático com potencial para contribuir para a subversão de distintas modalidades de exclusão (CAVATI SOBRINHO; FUJITA, 2014).

Portanto, este trabalho almeja articular a mediação da informação com os estudos de gênero, especialmente no que tange à LGBTfobia, com foco no processo informacional do Centro de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba, conhecido como Espaço LGBT, mediante a descrição e a disseminação dos dados de atendimento a travestis e transexuais que acessaram a unidade informacional, no período de 2011 a 2014.

Potencializar os processos de organização, circulação e apropriação do fluxo informacional, no âmbito das organizações e serviços de atendimento a LGBTs, pode contribuir

para a “[...] a demarcação de um plano sociocultural no campo de estudos da informação [...] diretamente relacionada à inscrição dos processos informacionais no terreno da cultura e, por consequência, à dimensão informacional das práticas sociais e aos usos sociais da informação” (MARTELETO; SALDANHA, 2016, p. 79).

## **2 ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES: DESCONSTRUINDO BINARISMOS E AMPLIANDO COMPREENSÕES**

A construção das identidades é um processo dialético e relacional permeada por símbolos e (re)produzidos em diferentes instâncias sociais (HALL, 2006). Nas últimas décadas, em virtude de mudanças sociais e históricas como o acelerado desenvolvimento científico e cultural, a globalização e as novas tecnologias da comunicação e informação, assistimos a deslocamentos na forma como os agentes atuam subjetiva e objetivamente no mundo social. Hibridismo, relativismo, desterritorialização e fluidez são conceitos que têm desestabilizado o pensamento binário e a linearidade de inspiração cartesiana para a compreensão dos fenômenos sociais.

O binarismo se alicerça na lógica conceitual dualista, construída em pares de opostos, herdada do pensamento iluminista, que constitui o cerne do pensamento ocidental, configurando a lógica cartesiana de entender e significar a realidade. Os opostos constituem-se um em oposição ao outro, compondo uma totalidade, como polos estanques em estado de fixidez, em constante contenda, onde a existência de um cumpre o objetivo de validação da sua opositora (DERRIDA, 1973). Um exemplo é a instituição da noção de heterossexualidade para significar, por oposição, a ideia de homossexualidade, como desviante social. Pares como cultura/natureza; gênero/sexo; razão/emoção; objetividade/subjetividade; mente/corpo; transcendente/imanente; sujeito/objeto; masculino/feminino; público/privado e, heterossexualidade/homossexualidade se estabelecem por meio de estruturas hierárquicas de valoração. Nesta lógica, tudo o que está à frente associa-se ao masculino com mais valor e maior poder agregado, sendo os segundos atributos relacionados ao feminino (SOARES, 2016).

A observância crítica aos binarismos envolve, também, a reflexão sobre a construção da identidade política baseada em oposições binárias (nós/eles; legítimo/ilegítimo), que terminam por excluir grupos sociais, muitas vezes, dentro do próprio grupo cuja identidade representam (DERRIDA, 1973).

A forma como representamos a nós mesmos, como mulheres e homens, tem sofrido mudanças substanciais na sociedade contemporânea. As categorias que agem como marcadores sociais, tais como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, localidade produzem distintas formas de identificação e desestabilizam padrões binários institucionalizados que limitam o reconhecimento das diversidades.

Neste contexto, a quebra da linearidade obrigatória entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, e as múltiplas expressões da sexualidade, são fenômenos cada vez mais visíveis na sociedade contemporânea, que ainda tem penalizado indivíduos que rompem com padronizações e linearidades. Cotidianamente, nos deparamos com notícias veiculadas nos meios de comunicação referentes a violências cruéis e assassinatos de indivíduos que subvertem a exata correspondência do gênero social ao sexo biológico, como é o caso de travestis e transexuais, foco desta pesquisa.

Sendo o corpo para as travestis um aspecto chave do processo de identificação de gênero, e como esse corpo modificado desafia a condição biológica que as associa ao universo masculino, tem-se uma fonte capaz de transmitir uma diversidade de informações para a sociedade maior (FERREIRA, 2009, p. 39).

A suposta natureza binária dos corpos vem sendo problematizada no campo de estudos de gênero e sexualidade (COLLING, 2015). Produções vêm pontuando a reflexão a respeito da construção social dos gêneros, na perspectiva de que não existe um sexo biológico com significação fora do âmbito social e histórico, refutando a associação linear da sexualidade ao sexo biológico (BUTLER, 2010). A sexualidade não é compreendida como uma questão pessoal, algo “dado pela natureza”, mas é social, política, histórica aprendida no decorrer da vida de todos os sujeitos sociais (BUTLER, 2010; FOUCAULT, 1975; LOURO, 2000).

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades dessa sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 11).

É na relação do sujeito no mundo que o gênero cria vida, seja por meio das roupas, gestos e/ou olhares definidos como apropriados. Compõe-se, então, um conjunto de sinais exteriores ao corpo que, ao mesmo tempo em que o visibiliza, sua repetição reforça as verdades nele implícitas ou tácitas de que tais atos são fundamentados em uma verdade cuja

determinação está a cabo da natureza. Todavia, os sujeitos se identificam como masculinos ou femininos por meio de uma construção social e histórica (BENTO, 2003; LOURO 2008).

Partilhamos da conceituação metodológica, analítica e histórica de Joan Scott (1990) a respeito do conceito relações de gênero, compreendendo que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14). Essa dinâmica se efetiva a partir da interpretação que a organização social humana realiza sobre as diferenças percebidas entre os sexos e na organização, construção e distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica.

As relações de gênero estão intimamente ligadas aos aspectos que tocam a expressão identitária de gênero de travestis e transexuais, como a expressão dos demais indivíduos na sociedade. A identidade de gênero diz respeito à identificação de cada pessoa como mulheres ou homens na sua vivência pessoal. O termo cisgênero é a denominação dada a pessoas que mantêm a linearidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero, ou seja, que performatizam a identidade de gênero atribuída ao nascer de acordo com seu sexo biológico (JESUS, 2012).

Dessa forma, a vivência de travestis e transexuais está sublinhada por grande teor de abjeção e vulnerabilidade, exatamente, pela ruptura com a expressão de gênero que fora atribuída a partir de seu sexo biológico e pela responsabilidade com a quebra da vinculação obrigatória entre sexo e gênero. Isso contraria as expectativas sociais e normativas, uma vez que mulheres e homens transexuais desejam e necessitam expressar o seu gênero tal qual se percebem, imaginam, sentem, independentemente do seu sexo.

Na performance travesti e transexual ocorre a possibilidade de ressignificar o que está atribuído à leitura social do masculino ou o feminino, sendo que o mesmo ocorre com homens e mulheres cisgêneros. De fato, a verdade atribuída a naturalização do gênero é um constructo que não é indissociável do corpo biológico, pois este, em suas performances, também interpreta o que é “ser ou estar” mulher e o que é “ser ou estar” homem (BENTO, 2003).

As transexuais femininas, ao abandonarem o gênero masculino (preconcebido socialmente), incorrem na adequação de sua performance (condição) ao modo como se vêem e se põem no mundo. Elas saem de uma posição de suposta superioridade (masculina) para uma de suposta inferioridade (feminina), considerando a forma como as relações de poder se expressam sobre os corpos sexuados (FOUCAULT, 1993; BENTO, 2003). Poderia-se concluir

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

que ocorreria o contrário com os transexuais masculinos, que galgariam um lugar de privilégio e prestígio na performatização do masculino. Todavia, a posição de ruptura com o sistema sexo/gênero os coloca na situação de cópia imperfeita (BUTLER, 2010) e de desviantes da norma.

Estas discussões questionam um sistema que atrela a expressão de gênero de forma irrevogável ao sexo, desenvolvendo estratégias de naturalização dessa ligação. Mecanismos de controle, punição e negação, muitas vezes pela violência, buscam regular a existência de homens e mulheres cujo estar no mundo subverte o binarismo de gênero, compreendido como disposição regulada por aspectos gonadais.

Pois um sistema binário dos gêneros produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza determina as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (BENTO, 2003, p. 3).

Ao considerar que a construção de gênero e das identidades de gênero acontece no âmbito de processos sociais, remete-se o olhar para o fato de que as práticas e as unidades informacionais em seu âmago são generificadas, “ou seja, produzem-se, ou ‘engendram-se’, também a partir das relações de gênero” (LOURO, 2004, p. 25). Abordada dessa maneira, a informação não é neutra, é um dispositivo de poder com potencial para elaborar sentidos acerca da orientação sexual e da identidade de gênero e dos direitos de LGBTs (CORTES; ALVES; SILVA, 2015).

A abordagem de estudos LGBTs no campo informacional permite, sob diferentes vieses, disseminar, visibilizar experiências de sujeitos que não se inscrevem na norma presumida e que estão à margem (SPIVAK, 2010). Possibilita também contribuir para a desconstrução de posicionamentos epistemológicos pautados em binarismos, desigualdades e exclusões.

Também se correlacionam com discussões mais contemporâneas, que defendem a ideia da Ciência da Informação como uma ciência social dedicada “às questões científicas e à prática profissional”, com a finalidade de abordar “os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação [...]” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Nessa perspectiva, a Ciência tem o dever de, por meio de seus pesquisadores, resolver e/ou buscar soluções para atender aos problemas que atingem a sociedade. Principalmente, tendo em

vista a conexão da Ciência da Informação com os desafios contemporâneos e as dinâmicas socioculturais, o campo é central para a produção de conteúdos informacionais pautados no respeito a pluralidade contemporânea de sujeitos políticos e suas inserções de classe, raça, gênero, orientação sexual, dentre outros.

### **3 METODOLOGIA**

A abordagem metodológica do estudo foi pautada no caráter interativo das/os pesquisadoras/os com a comunidade pesquisada, no processo de construção de interfaces de organização e comunicação da informação, a partir da perspectiva da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997). A escolha desse método se manifesta na tentativa de abordar “a comunicação da informação como ação transformadora, criando espaço para intervenção empírica em uma dada situação” (FREIRE, 2006, p. 65).

Utilizou-se a pesquisa exploratória na fase inicial como estratégia de aproximação do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). As atividades desenvolvidas no processo de pesquisa foram dinamizadas por meio do compartilhamento de saberes entre os/as profissionais do Espaço LGBT e a equipe da pesquisa (MARTELETO, 2009). Foram realizadas reuniões com professores/as, alunos/as, a equipe da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e a equipe do Espaço LGBT, com objetivo de conhecer a dinâmica do órgão, interagir com a equipe multiprofissional, identificar as necessidades informacionais e o fluxograma de atendimento. Posteriormente, por meio da pesquisa documental, a coleta de dados foi centrada nas fichas de atendimento dos/as usuários/as, atendidos/as no período de 2011 a 2014, com o propósito de conhecer a organização dos dados.

A equipe do órgão já tinha a compreensão sobre a importância da informação, já dispunha de uma concepção prévia sobre a organização das fichas de atendimento e a produção de dados estatísticos para potencializar as ações desenvolvidas no Espaço LGBT e delinear políticas públicas condizentes com as necessidades informacionais de LGBTs. No órgão, o assistente social sistematizava as informações, visando tais objetivos. Entretanto, devido à ausência de um profissional da informação, a demanda de trabalho e o grande volume de informação, não foi possível a criação de um banco de dados com o perfil dos/as usuários/as e a dinâmica das violências. Desta forma, diagnosticou-se alguns problemas nos registros dos/as usuários/as, como: ausência de informações necessárias para a identificação socioeconômica e

para o mapeamento da situação de violência, falta de padronização na tipificação da violência, na inserção no mercado de trabalho, na caracterização étnico-racial, dentre outros.

Em parceria com a gestão do Espaço LGBT e da SEMDH, organizaram-se os dados, criaram-se categorias classificatórias e os registros foram transferidos e sistematizados no software Excel. Utilizou-se a abordagem quantitativa para descrever os indicadores e as tendências observáveis no perfil de LGBTs atendidos/as (MINAYO; SANCHES, 1993). A análise dos dados foi dinamizada pela estatística descritiva, pois buscam descrever as características, as experiências, as relações que ocorrem na vida social, política, cultural nos grupos ou na realidade a ser pesquisada.

### **3.1 Campo de Pesquisa: a Mediação da Informação no Espaço LGBT**

A pesquisa foi realizada no Espaço LGBT, criado em junho de 2011, equipamento vinculado à SEMDH e acompanhado pela Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT da SEMDH. O Espaço tem como missão, promover a cidadania e os direitos humanos de LGBT, como também, o enfrentamento à LGBTfobia e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Desde o início de seu funcionamento até abril de 2017, realizou 10.164 (dez mil, cento e sessenta e quatro) atendimentos e cadastrou 1.097 (Um mil e noventa e sete) usuárias/os.

O Espaço LGBT tem a sua equipe formada por profissionais das áreas de assistência social, psicologia, direito, educadores/as populares e a coordenadora geral. É campo de estágio para os cursos de serviço social, psicologia e direito. Atende à população LGBT e familiares com serviço psicossocial e jurídico, além de prestar informações.

O setor jurídico realiza retificação do prenome no Registro Civil de travestis e transexuais, tendo judicializado 89 (oitenta e nove) processos, sendo 57 (cinquenta e sete) concluídos e 32 (trinta e dois) ainda em curso. Também acompanha processos de adoção por casais homoafetivos, divisão de bens, casamento civil ou união estável, acesso a benefícios previdenciários, etc. Na área da psicologia, faz a escuta psicológica individual, grupos com travestis e transexuais, terapia individual para o processo de transexualização. O serviço social responsabiliza-se pelo acesso à documentação básica, inserção em programas sociais do governo estadual e federal, cursos de qualificação profissional, encaminhamentos para os serviços de saúde, etc. As agentes de Direitos Humanos realizam busca ativa de LGBTs e tratam casos referentes às denúncias recebidas pelo Disque 100 – LGBT, do governo federal.

O Espaço LGBT também faz o encaminhamento de travestis e transexuais femininas e masculinos para o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (Ambulatório TT) do Estado da Paraíba, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde (SES), o primeiro do Nordeste, implantado em julho de 2013.

Além das ações internas, o Espaço LGBT participa de seminários, cursos, oficinas de capacitação em escolas, associações de moradores, CRAS, CREAS, universidades, eventos do movimento LGBT do Estado e atua em ações e atividades realizadas da SEMDH. Também é feito um trabalho de divulgação do Espaço LGBT pela SEMDH no estado e realizadas ações de interiorização do atendimento à população LGBT em municípios paraibanos, em parceria com gestões municipais.

A ONG atua em rede, na articulação entre diversos serviços governamentais e não governamentais e atores sociais, para o atendimento das demandas da população. Dessa forma, o Espaço contribui para a construção da Rede de Proteção e Garantia dos Direitos de LGBT, ação que tem sido protagonizada pela SEMDH. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população, por meio do aumento da resolutividade de resposta às demandas de LGBTs, da troca de experiências entre profissionais e da elaboração de estratégias intersetoriais para o enfrentamento à LGBTfobia e a todas as formas de violações de direitos.

O Espaço LGBT delinea conteúdos informativos por meio de campanhas educativas realizadas pela SEMDH, como a campanha “Tire o Respeito do Armário – Todas e todos pelo fim da homofobia”, lançada em 2012, com o objetivo de promover os direitos e a cidadania LGBT, sensibilizar e alertar a sociedade sobre a LGBTfobia e incentivar as denúncias contra todas as formas de violências contra população LGBT. Sua principal estratégia comunicacional se dá pelas mídias digitais, com a divulgação na Fanpage da SEMDH de banners eletrônicos, com fotos de pessoas ou grupos de pessoas vestindo a camisa da campanha, como forma de adesão.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

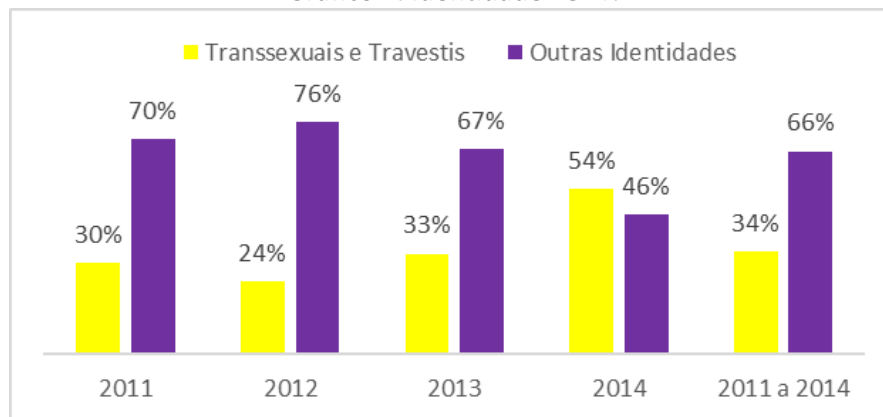
Para fins desta pesquisa, serão apresentados gráficos com as informações estatísticas dos anos de 2011 a 2014, com foco na faixa etária, renda familiar, caracterização étnico-racial, ocupação, escolaridade, município de origem, identidade LGBT, identidade de gênero, tipificação da violência e os canais de informação pelos quais travestis e transexuais tomaram conhecimento do órgão. No período, 781 LGBTs acessaram o Espaço LGBT e se auto identificaram nas categorias abaixo especificados. Situação representada no quadro 1

**Quadro 1: Total de atendimento.**

AUTO – IDENTIFICAÇÃO	TOTAL
Gays	298
Transexuais	163
Lésbicas	136
Travestis	98
Bissexuais	62
Heterossexuais	17
Pessoas que não identificaram sua Identidade LGBT	7
<b>TOTAL</b>	<b>781</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Deste universo, nossa amostra se constitui de 262 transexuais e travestis, sendo 163 transexuais masculinos e femininos e 98 travestis, conforme aponta o gráfico 1. A escolha se deu em vista da representatividade de travestis e transexuais que acessaram o Espaço LGBT, correspondendo em média a um terço dos atendimentos (34%,) de 2011 a 2014. O grande número de travestis e transexuais atendidos também está relacionado à vinculação entre o Espaço LGBT e o Ambulatório TT, conforme apresentado na seção anterior.

**Gráfico 1: Identidade LGBT.**

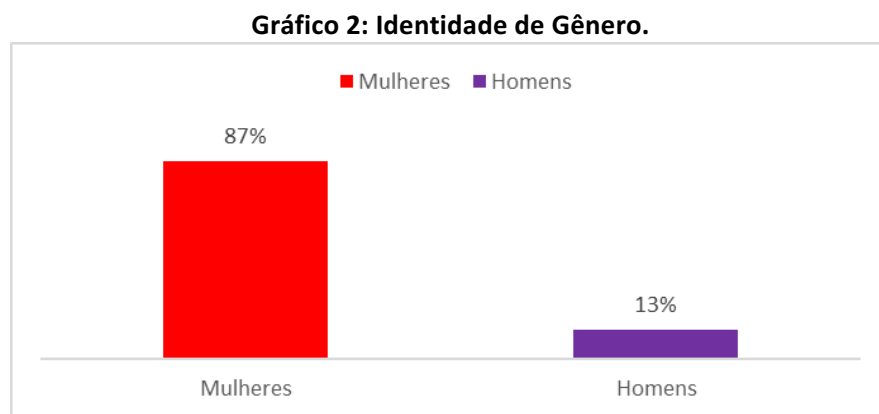
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tal amostra justifica-se também pela situação de vulnerabilidade e subalternidade vivenciada por elas/es. Tal situação é explicitada pela literatura e pelas notícias cotidianas de exclusão e assassinatos de travestis e transexuais no país (GGB, 2017; SPIVAK, 2010). No Brasil, foram registradas um total de 130 mortes de travestis e transexuais no ano 2000, número que saltou para 343 em 2016, desse total o percentual de travestis e transexuais corresponde a 42%, o que representa 144 assassinatos (GGB, 2017)

Proporcionalmente, as travestis e transexuais são as mais vitimizadas: o risco de uma 'trans' ser assassinada é 14 vezes maior que um gay, e se compararmos com os Estados Unidos, as 144 travestis brasileiras assassinadas em 2016 face às 21 trans americanas, as brasileiras têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas. Segundo agências internacionais, mais da metade dos homicídios de transexuais do mundo, ocorrem no Brasil (GGB, 2017, online).

Ressalta-se que os números são subnotificados, visto que a ausência de dados oficiais e estatísticas governamentais é uma realidade no Brasil. Os números, em geral, baseiam-se em notícias publicadas nos meios de comunicação e informações pessoais (CARRARA, et al, 2017).

Com relação à identidade de gênero de travestis e transexuais, 87% foram mulheres e 13% homens, correspondendo a 228 mulheres e 34 homens que acessaram o órgão, conforme o Gráfico 2.



**Fonte: Dados da pesquisa (2017).**

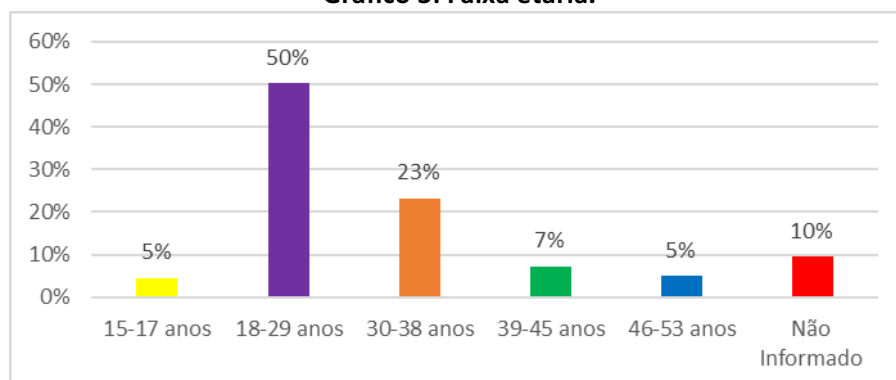
A desproporcionalidade entre mulheres trans e homens trans pode estar relacionada ao maior número de mulheres trans que se identificam como tal do que homens trans e a maior presença daquelas no cenário do estado da Paraíba.

Também pode-se inferir que o maior número de mulheres trans está relacionado ao tipo e grau de transfobia a que estão submetidas, relacionada às diferentes formas de sociabilidade de mulheres e homens trans. O fato de algumas travestis e mulheres trans trabalharem em horário noturno e/ou atuarem como profissionais do sexo as deixa mais expostas às violências. Também pode-se inferir que fatores relacionados a passabilidade (*passing transgender*), tratada por Almeida (2016) também podem influenciar a procura do maior número de mulheres trans ao serviço. A passabilidade refere-se ao fato de uma pessoa transexual ser reconhecida ou não com o gênero que não fora o designado ao sujeito no Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

nascimento. A passabilidade aumenta na proporção em que a pessoa é reconhecida com o gênero adotado, aumentando a aceitação social. Segundo o autor, essa é menos recorrente ao se tratar de mulheres trans, uma vez que a construção de corpos masculinos se apresenta de forma mais eficaz mediante procedimentos de mastectomia e terapia hormonal. Entretanto, em ambos os sentidos o corpo passa a ter lugar crucial na (in)visibilidade das expressões de gênero e é a partir daí que são ditadas as relações e aplicadas as normalizações (ALMEIDA, 2016; LOURO, 2008).

Em relação à faixa etária, metade dos/as usuários/as, 50%, se concentram na faixa etária de 18 a 29 anos e menores de idade perfazem o total de 5%, mostrando o predomínio de pessoas jovens acessando o serviço. Nas demais faixas 30 a 38 anos, temos 23%; 39 a 45, 7%; 46 a 53 anos, 5%; e uma faixa considerável de não identificados, 10%, conforme exposto no gráfico 3. O contexto é consoante com a pesquisa empreendida por Carrara et al (2017) sobre políticas LGBTs no Rio de Janeiro. A presença maciça de jovens também foi constatada em cinco Centros de Atendimento. Na mesma direção, o relatório do Grupo Gay da Bahia – Assassinatos de LGBTs no Brasil (2016) evidencia o predomínio de mortes de LGBTs entre 19-30 anos 32% e 20.6%, menores de 18 anos, explicitando a precocidade da iniciação homoerótica e grande vulnerabilidade de adolescentes, em especial das jovens travestis e transexuais. Santos et al (2014) em estudo a respeito do processo transexualizador no Rio de Janeiro, apontam a predominância da população jovem recorrendo aos serviços ofertados pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto.

**Gráfico 3: Faixa etária.**



**Fonte: Dados da pesquisa (2017).**

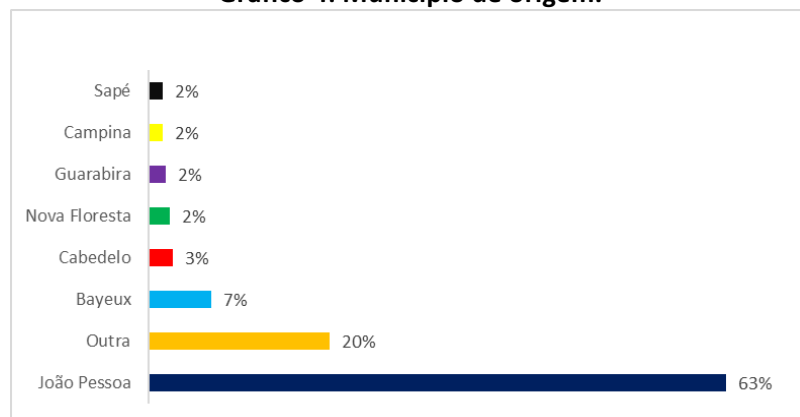
Em relação aos municípios de origem dos LGBTs atendidos/as, no gráfico 4, é possível verificar o volume de atendimentos por município de origem, sendo João Pessoa responsável por 62% deles. Evidencia-se que o Espaço LGBT tem tido ressonância em diferentes cidades

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

do estado da Paraíba, o que se configura como um aspecto positivo. Esta procura é resultante de ações itinerantes do Espaço LGBT em municípios do interior do estado, em grande parte em parceria com Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), da divulgação do serviço, da parceria com alguns municípios que iniciaram a implantação de políticas públicas municipais para LGBTs. Outro fator é a vinculação com o Ambulatório TT que atende a população de travestis e transexuais do interior do estado, garantindo o deslocamento, com a estratégia de Tratamento Fora de Casa (TFD).

Todavia, a ampliação do raio de ação do Espaço LGBT é necessária, em vista da necessidade de atender LGBTs de outros municípios paraibanos e de interiorizar as políticas públicas para LGBTs, tendo em vista o fato da Paraíba apresentar dados preocupantes em relação a LGBTfobia (GGB, 2016).

**Gráfico 4: Município de origem.**



**Fonte: Dados da pesquisa (2017).**

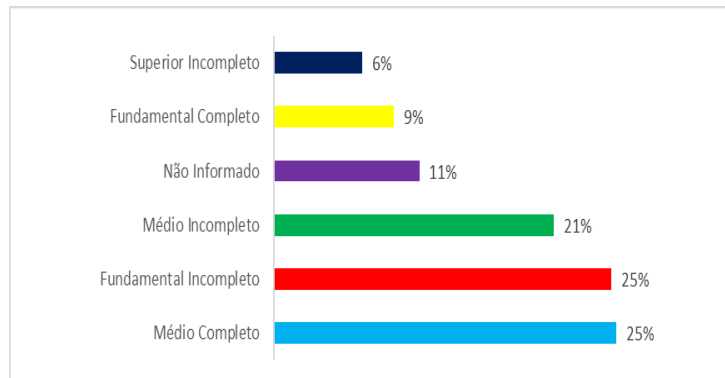
As informações referentes à escolaridade, no gráfico 5, à ocupação, no gráfico 6 e à renda, no gráfico 7, explicitam a situação de vulnerabilidade, exclusão e vulnerabilidade de travestis e transexuais da pesquisa. Verifica-se baixo grau de escolaridade, as posições de escolaridade se concentram fundamental incompleto (25%), médio incompleto (21%) e médio completo (24%), chegando ao superior completo apenas 3% da população de travestis e transexuais.

A escola tem se apresentado como ambiente hostil a travestis e transexuais. Diversos estudos (LOURO, 2000, 2004, 2008) indicam as dificuldades para transexuais e travestis acessarem e permanecerem no ambiente escolar e, conseqüentemente, nas universidades. Relatos de exclusão são recorrentes nas experiências dos sujeitos.

A ocupação da população analisada e a renda, revelada nos gráficos 6 e 7, indicam que 22% exerce a função de cabeleireiro/a, 16% não informada, 14% são estudantes e o mesmo percentual, de 14%, exerce atividade de profissional do sexo. Quadro comum às travestis e transexuais de camadas populares cujas possibilidades se resumem àquelas destinadas às “mulheres pobres: cabeleireira, manicure, empregada doméstica, diarista, entre outras” (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014, p. 192). Quanto à renda familiar, a maior parte (46%) de travestis e transexuais atendidos e atendidas recebem no máximo um salário mínimo, enquanto menos de 3% recebe de 4 a 6 salários mínimos.

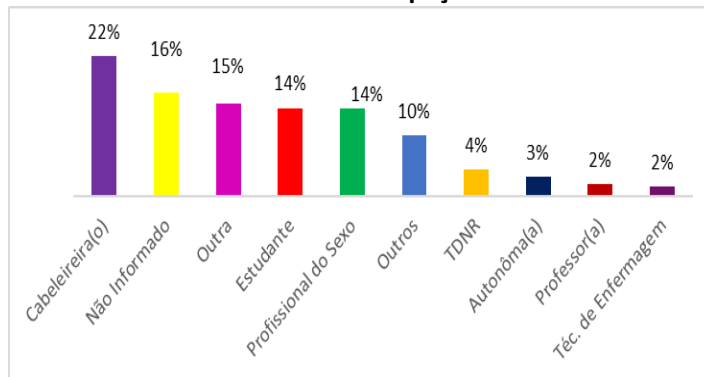
Verifica-se a interseção de vulnerabilidades, tais como baixo nível de escolaridade, baixa renda e profissões com baixa seguridade social. Travestis e transexuais enfrentam diversas dificuldades, tais como educação, acesso a serviços de saúde e empregabilidade, e esta última, afeta, também e imediatamente, sua capacidade de geração de renda (COELHO, SAMPAIO; 2014).

**Gráfico 5: Escolaridade.**



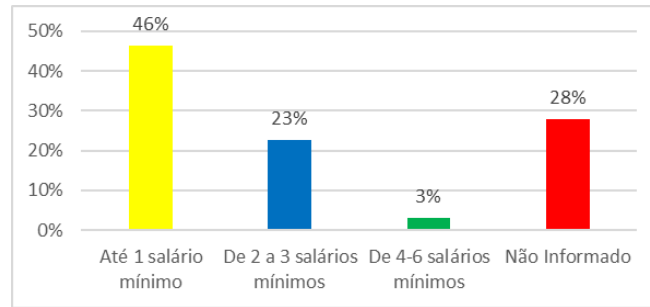
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

**Gráfico 6: Ocupação.**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

**Gráfico 7: Renda Familiar.**

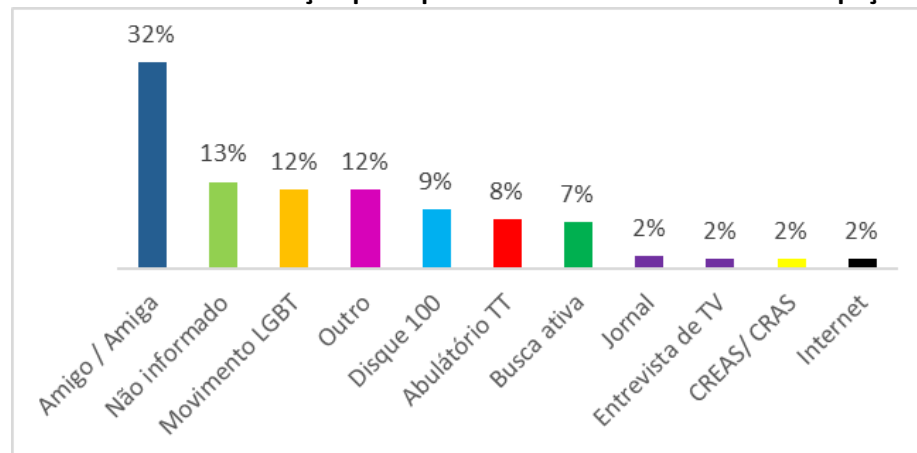


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As formas como travestis e transexuais tomaram conhecimento do Espaço LGBT foram diversas, com concentração nos encaminhamentos originados a partir de amigos e amigas, correspondendo a 32%; seguido de não informado, 13%; Movimento LGBT, 12%; Outros meios, 12%; Disque 100, 9%; Ambulatório TT, 8%; Busca Ativa 7%; Jornal, Televisão, CREAS/CRAS e internet com 2%, ambos.

O percentual observado no gráfico a seguir pode estar relacionado a categoria companheirismo, observada por Silva e Lopes (2014) ao discorrer a respeito da forma como travestis e transexuais tomam conhecimento de terapias hormonais e tratamentos estéticos. O que faz com que criem uma rede de informação informal e solidária.

**Gráfico 8: Canal de informação pelo qual tomaram conhecimento do Espaço LGBT.**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As violências sofridas por travestis e transexuais, de 2011 e 2014, se concentram na violência psicológica (35%) seguida da violência física/psicológica (21%), da discriminação (20%), não informada (13%) e física (7%) e outros tipos de violência totalizam 3%.

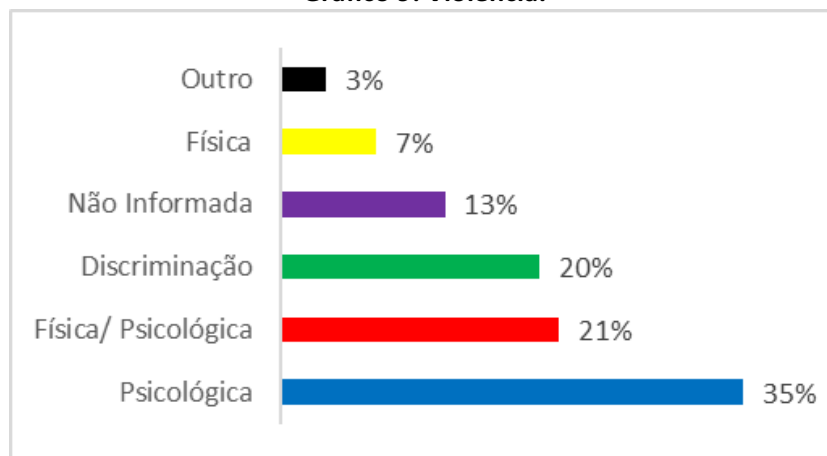
Diante das questões que envolvem a experiência de travestis e transexuais, as violências sofridas são de diversas ordens e combinadas, ocorrendo em diversos contextos e

em diversas fases de suas vidas. Os tipos e as formas como essas violências acontecem, ocasionadas pela abjeção a identidade de gênero, também são condicionadas pelas influências de outros marcadores sociais como o gênero, a classe social e a idade, apontando a necessidade da realização de estudos que realizem análises a partir da influência desses marcadores sociais.

Todavia, é comum que a vida de transexuais e travestis seja marcada por violências, na vida familiar, na escola, no trabalho e na rua, sendo submetidas/os a muitas situações de opressão e assédio (COELHO; SAMPAIO, 2014).

No público atendido, quando somado o percentual de violência psicológica, física e psicológica e discriminação, o percentual é de 76%, sendo que grande parte destas ocorrem em casa e são perpetradas pela família. Este índice revela o preconceito, a discriminação e a rejeição no interior da família, levando muitos/as deles/as a sair de casa, sobretudo enquanto jovens. Essas violências impactam na saúde mental e física da população, causam prejuízos no acesso aos estudos, à profissionalização e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho.

**Gráfico 9: Violência.**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O enfrentamento à LGBTfobia e as repercussões desta na vida de travestis e transexuais deve se dar de forma abrangente, de forma complexa e em várias esferas, exigindo a articulação de vários atores sociais e frentes de atuação. Todavia, destaca-se a importância da informação como campo estratégico para subversão das exclusões e para a democratização das relações de gênero.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violações dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) configura-se um fenômeno complexo e expressa a necessidade de ações articuladas do poder público, dos segmentos organizados e da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, tendo em vista a conexão da Ciência da Informação com os desafios contemporâneos e as dinâmicas socioculturais, o campo é central para a produção de conteúdos informacionais pautados no respeito a pluralidade contemporânea de sujeitos políticos e suas inserções de classe, raça, gênero, orientação sexual, dentre outros.

A produção de conhecimento e disseminação dos processos de difusão, organização e uso da informação a respeito da problemática configura-se como estratégia de profissionais da informação para a subversão da situação de violência vivenciada por LGBTs. Nessa perspectiva, assume um lugar fundamental para visibilizar a realidade e qualificar a produção de diagnósticos sobre a problemática, colaborando para o delineamento de ações para o enfrentamento dos preconceitos, das discriminações e das violências.

Esta pesquisa de cunho quantitativo demanda outros estudos de cunho qualitativo para que seja possível aprofundar o conhecimento da dinâmica da violência e da forma como se manifestam na experiência de travestis e transexuais, visando qualificar o trabalho de enfrentamento a LGBTfobia, em suas mais diversas formas.

Verificou-se que o Espaço LGBT tem se afirmado como referência de atendimento a população LGBT da Paraíba, à medida em que o número de atendimentos a LGBTs aumenta, especificamente travestis e transexuais, foco desta pesquisa. Esse grupo encontra nos serviços do Espaço LGBT a possibilidade de ser e estar na sociedade exercendo suas performances de gênero e cidadania, seja mediante a garantia e defesa de direitos legais, seja pelo acesso a terapias transexualizadoras.

Sendo assim, conhecer o contexto social, atuar como agente de disseminação e facilitador do uso da informação, no sentido de incluir aqueles que se encontram às margens da sociedade para o exercício da democracia, também se configura como papel do(a) profissional da informação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. "Homens trans": novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a12>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

ALMEIDA, Guilherme da Silva; PILAR, Andressa; GEBRATH, Zélia. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Lilian Lopes Pedra (Org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 187-200.

BENTO, Berenice. “Transexuais, corpos e próteses”. **Labrys: estudos feministas**, Brasília, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de violência homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARRARA, et al. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPESC, 2017.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A recuperação da informação nos boletins de conjuntura econômica brasileiros no contexto Ciência da Informação. In: CAVALCANTE, Lídia Eugenia; PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares**. Fortaleza: UFC, 2012. p. 221-252.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia queer. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 14, n. 1, p. 351-362, 2012. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-313134>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Lilian Lopes Pedra. Transexualidades: aspectos conceituais e de contexto. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13-25.

COLLING, Leandro. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, Berenice; FELIX-SILVA, Antônio Vladimir (org.). **Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2015.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015. João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3028/1050>> 13 ago. 2017.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.2, ago./dez. 2017.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973.

FERREIRA, Rubens. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 2, p. 35-45, 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17755/>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <[http://isafreire.pro.br/FREIRE\\_acesso\\_info\\_06.pdf](http://isafreire.pro.br/FREIRE_acesso_info_06.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GGB. Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório 2015. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2016.

<<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>> Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório 2016. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2017. <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>> Acesso em: 08 ago. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **O corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

\_\_\_\_\_. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set., 2009. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/851>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MARTELETO, Regina Maria; SALDANHA, Gustavo Silva. Informação: qual estatuto epistemológico?. In: MORIGI; Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN. Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 69-90. Disponível em: <<http://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/691.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MELLO, Luiz; AVELLAR, Rezende Bruno da; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revisa Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017

SANTOS, Márcia Cristina Brasil, et al. Processo transexualizador no Rio de Janeiro: considerações introdutórias a partir do olhar do serviço social. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Lilian Lopes Pedra (Org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 157-174.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 08 de ago. 2017.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; LOPES, Maycon. Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Lilian Lopes Pedra (Org.) **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 25-40.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos têm sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2014. 278 f. Tese (Doutorado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <[www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/23896/1/Tese-Gilberta-2016.pdf](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/23896/1/Tese-Gilberta-2016.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIOLLEN, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.